

**CLIPPING COVID-19** 

Informativo nº 032

20 de abril de 2020

Noite

SITE / ÓRGÃO	ATOS	RESUMO
PLANALTO	Medida Provisória nº 955, de 20.4.2020, publicada em 20/04/2020 – Edição extra.	Revoga a Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019, que institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo e altera a legislação trabalhista.
INSS	Notícias - INSS cria serviço para ajustar marcação de perícia médica, publicado em 20.04.2020.	O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) criou um serviço para que os segurados façam acertos na marcação de perícia médica. A Portaria 104, publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira (20), disciplina o serviço de crítica cadastral, referente à marcação de perícia inicial e à prorrogação em benefícios por incapacidade. É um ajuste técnico dos procedimentos internos que visam otimizar o atendimento dos segurados.  De acordo com a portaria, o serviço está disponibilizado exclusivamente para requerimento realizado por meio da Central 135. O objetivo da medida é a realização de filtro prévio antes da criação da demanda.
ANAMATRA	Notícias - Em nota a senadores, Fórum Interinstitucional em defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social manifesta-se contra a inclusão em pauta da MP 905/2019, publicada em 20.04.2020	Prazo para votação da MP que institui "Contrato Verde e Amarelo" termina hoje (20/4)  O Fórum Interinstitucional em defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social (FIDS), integrado por entidades de representação do mundo do trabalho e do campo social, entre elas a Anamatra, divulgou nota pública aos senadores. No texto, o FIDS manifesta sua posição contrária à inclusão em pauta ou aprovação da Medida Provisória (MP) 905/2019 pelo Senado Federal. A MP, que altera diversos pontos da legislação trabalhista, instituindo o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, perde a validade se não for votada pelo Senado nesta segunda (20/4).
	Notícias - Nota Pública Frentas - Defesa da Democracia e da República Federativa do Brasil, publicada em 20.04.2020	A FRENTAS - Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público, entidade que congrega 40.000 membros do Poder Judiciário e Ministério Público em todas as esferas e todo país, vem se manifestar em defesa da Democracia e da República Federativa do Brasil.  Manifestações de grupos ou indivíduos cuja pauta seja abonar o Ato Institucional nº 5, bem como pugnar pelo fechamento do Supremo Tribunal Federal ou do Congresso Nacional, são histórica e politicamente equivocadas, pois tal período foi pautado pela ausência de democracia e pela violação de garantias constitucionais, dentre elas a liberdade de pensamento e a própria liberdade de expressão.

TST	Notícias - Presidente do TST mantém prioridade de profissionais de saúde do RJ em testes de coronavírus, publicada em 20.04.2020.	A presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministra Maria Cristina Peduzzi, indeferiu neste sábado (18) o pedido do Município do Rio de Janeiro e da Empresa Pública de Saúde (RioSaúde) de suspensão de medida liminar que impunha o fornecimento prioritário de testes para identificação do coronavírus a enfermeiros e a outros profissionais das unidades de saúde no município. Segundo a ministra, a prioridade determinada aos profissionais de saúde não conflita com as orientações de autoridades de saúde nacionais e mundiais.
	Notícias - Magistrados terão curso sobre relações trabalhistas em meio à pandemia, publicada em 20.04.2020.	A Escola Nacional da Magistratura Trabalhista (Enamat) promoverá na próxima semana um Curso de Formação Continuada (CFC) com o tema "As relações de trabalho em meio à pandemia de Coronavírus". A capacitação, voltada para magistrados, será realizada de 27 a 30/4, em formato virtual. A presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministra Maria Cristina Peduzzi, e a diretora da Enamat, ministra Dora Maria da Costa, farão a abertura do curso.  As inscrições poderão ser feitas por meio das Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho. Nas aulas, serão abordadas as recentes medidas provisórias editadas pelo Governo Federal, as tutelas provisórias na Justiça do Trabalho durante a pandemia e o mandado de
		segurança ante a legislação de crise, entre outros temas.
TRT 10ª Região	Notícias - ECT não pode tirar do trabalho remoto empregados que convivem com pessoas em grupo de risco para covid-19, publicada em 20.04.2020.	O desembargador Grijalbo Fernandes Coutinho, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10), negou liminar em mandado de segurança por meio do qual a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) buscava afastar decisão que a proibiu de suspender o trabalho remoto de empregados que coabitam com pessoas enquadradas no grupo de risco para a covid-19. Não se pode autorizar o trabalho presencial que pode vitimar de maneira fatal os familiares dos trabalhadores e expandir ainda mais a pandemia que abalou o mundo inteiro, destacou o desembargador em sua decisão.
	Notícias - <u>Trabalhadores</u> e empregadores podem solicitar audiências virtuais para mediação de conflitos, publicada em 20.04.2020.	Atento aos novos desafios decorrentes do distanciamento social necessário ao controle da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10) criou um formulário para facilitar que trabalhadores e empregadores solicitem audiências virtuais para mediação pré-processual e conciliação de conflitos. A iniciativa permite que a Justiça do Trabalho continue exercendo seu papel em prol da paz social, principalmente, neste momento tão crítico para toda a população.
MPT	Notícias - Justiça suspende decretos que liberam o funcionamento do comércio em Marabá publicada em 20.04.2020.	Decisão liminar atende aos pedidos de ação civil pública ajuizada pelo MPT e permite a adoção do isolamento social durante a pandemia do novo coronavírus.

	Notícias - Coronavírus: Liminar obriga município de Belém a fornecer EPIs a trabalhadores de hospitais municipais  publicada em 20.04.2020.	Decisão atende a pedido formulado pelo MPT em ação civil pública e também prevê a disponibilização de materiais e higiene e limpeza.
	Notícias - MPT já instaurou mais de 1700 inquéritos civis para apurar irregularidades trabalhistas relativas à Covid-19 publicada em 20.04.2020.	Metade das denúncias recebidas pelo órgão desde o início da pandemia são de violações relacionadas ao novo coronavírus.
MPT/RJ	Notícia - <u>Conheça o</u> <u>aplicativo do Ministério</u> <u>Público do Trabalho</u> , publicada em 17.04.2020	O objetivo é colher denúncias em todo o território nacional que viole os direitos dos trabalhadores com repercussão coletiva. O Ministério Público do Trabalho (MPT) criou o aplicativo "MPT Pardal", que já está disponível na plataforma Android e IOS.
CNMP	Notícia - Conselheiros do CNMP discutem medidas relacionadas à pandemia junto com CNJ, TJ-SP, OAB e especialistas, publicada em 20.04.2020	Na segunda-feira (20/4), os conselheiros do CNMP Otavio Luiz Rodrigues e Sandra Krieger participarão de uma mesa de debates no seminário virtual "As Regras Emergenciais em Tempos de Covid-19". O evento é promovido pela TV Conjur e acontece nesta segunda-feira (20), a partir das 15h, no site da TV Conjur.
STF	Notícia - Mantida suspensão de decreto que restringia circulação de pessoas com mais de 60 anos em Santo André, disponibilizada em 20.04.2020	O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, negou pedido do Município de Santo André (SP) contra decisão que havia suspendido decreto sobre restrição à circulação de pessoas de mais de 60 anos de idade em seu território. Segundo o ministro, nenhuma norma apresentada nos autos autoriza a imposição de restrições ao direito de ir e vir de quem quer que seja.
	Notícia - <u>Dias Toffoli</u> rejeita pedido de <u>Umuarama (PR) sobre</u> toque de recolher, disponibilizada em 20.04.2020	O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, confirmou decisão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) que suspendeu o toque de recolher estabelecido no Município de Umuarama (PR). A medida, editada em decreto municipal no início de abril, proibia a circulação nas ruas entre as 21h e 5h como medida de prevenção ao contágio pela Covid-19.
	Notícia - Ministro julga inviável ação de empresas de turismo contra medidas de isolamento social, disponibilizada em 20.04.2020	O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), julgou inviável a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 675, em que a Confederação Nacional do Turismo (CNTUR) questionava decretos estaduais e municipais que estabelecem medidas de isolamento social para o enfrentamento ao novo coronavírus. Segundo o relator, a entidade não indicou com precisão os atos questionados e, por isso, considerou a ADPF inadmissível. Entre outras medidas, as normas contestadas estabeleciam restrições aos serviços de transporte e ao funcionamento de hotéis e estabelecimentos de alimentação e o acesso ao

		rastreamento de dados de aparelhos celulares para controle de tráfego de pessoas. Entre outros pontos, a CNTUR alegava violação a direitos constitucionais fundamentais, como o direito de ir e vir e da inviolabilidade das comunicações.
STJ	RESOLUÇÃO STJ/GP N. 9 DE 17 DE ABRIL DE 2020, publicada em 20.04.2020	Disciplina a realização de sessões de julgamento com uso de videoconferência, em caráter excepcional, até o dia 31 de maio de 2020.
	Notícia - Presidente do STJ susta liminar que afastou exigência de regularização do CPF para o auxílio emergencial, disponibilizada em 20.04.2020	O ministro João Otávio de Noronha, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), acolheu pedido da União e sustou os efeitos da liminar do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) que havia suspendido a exigência de regularização do CPF para o recebimento do auxílio emergencial durante a pandemia do novo coronavírus (Covid-19). De acordo com o ministro, a modificação nos critérios para a obtenção do benefício poderia atrasar o processamento de milhões de solicitações e trazer prejuízos graves à economia e à população.
	Notícia - Em um mês de trabalho remoto, número de decisões do STJ se aproxima de 70 mil, disponibilizada em 20.04.2020	Em pouco mais de um mês desde a adoção do trabalho remoto para ministros e servidores como medida de contenção da pandemia de Covid-19, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) proferiu 69.555 decisões e realizou 25 sessões virtuais. Uma semana após a Organização Mundial da Saúde reconhecer a pandemia, a rotina de trabalho no STJ foi alterada: a Resolução STJ/GP 5, de 18 de março, suspendeu as sessões presenciais e deu prioridade ao regime de trabalho remoto. Em 16 de abril, as medidas foram prorrogadas por prazo indeterminado pela Resolução STJ/GP 8 – resguardada a possibilidade de sua revisão ou revogação a qualquer tempo. Na última sexta-feira (17), o Pleno aprovou a Resolução STJ/GP 9 para permitir que seus órgãos colegiados, em caráter excepcional, realizem sessões de julgamento também por meio de videoconferência.
Prefeitura do Rio de Janeiro	RESOLUÇÃO SMF Nº 3145 DE 17 DE ABRIL DE 2020, publicada no D.O em 20.04.2020	Prorroga o prazo definido na Resolução SMF nº 3134, de 20 de março de 2020.  "A prorrogação (Resolução SMF Nº 3.145) divulgada nesta segunda-feira (20/04) refere-se à resolução 3.144, publicada em 20 de março, suspendendo por 30 dias os prazos de recursos para autos de infração – que são as multas aplicadas aos contribuintes da cidade, devido ao descumprimento parcial ou integral da legislação vigente."
ERJ	Notícia – SES -RJ CONVOCA CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COMPRA DE TESTES RÁPIDOS E VENTILADORES ELETRÔNICOS	A Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro / SES RJ publica Chamamento Público para as empresas que possuem estoques para disponibilização imediata a entregarem propostas para as especificações mínimas abaixo através do e-mail subexec@saude.rj.gov.br nas quais serão analisadas pela área técnica da Secretaria de Estado de Saúde/RJ e disponibilizadas aos órgãos de

	disponibilizada 20.04.2020  Resolução SES 2034 de 20.04.2020 publicada 20.04.2020 em edição extra	controle. Os valores deverão tomar como base contratos celebrados e tabelas CIF e FOB.  Determina o expediente regular (normal) na secretaria de estado de saúde no dia 22.04.2020.
OAB	Notícia – OAB solicita ao CNJ o retorno dos prazos processuais eletrônicos a partir de maio disponibilizada 20.04.2020	A OAB Nacional encaminhou um ofício ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nesta segunda-feira (20), solicitando o retorno da contagem dos prazos nos processos judiciais que tramitam em meio eletrônico nos tribunais, após o dia 30 abril. Os prazos estão suspensos em todo o país desde a publicação da resolução
	Notícia — OAB e entidades entregam ao STF documento em defesa da união da sociedade contra a pandemia disponibilizada 20.04.2020	A OAB Nacional e diversas entidades da sociedade civil organizada entregaram ao Supremo Tribunal Federal (STF), nesta segunda-feira (20), o documento Pacto pela Vida e pelo Brasil, ressaltando a necessidade de união de todos os cidadãos, governos e Poderes da República para enfrentar a grave crise sanitária, econômica, social e política que vive o país. Além da Ordem, assinam o documento e participaram da entrega a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Comissão Arns, a Academia Brasileira de Ciência (ABC), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).
	Notícia – Campanha da Comissão de Defesa do Consumidor aposta na empatia para incentivar a renegociação de contratos em meio à crise disponibilizada 20.04.2020	Iniciativa da Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) da OABRJ encampada pela Comissão Especial de Direito do Consumidor do Conselho Federal - cuja presidente é Marié Miranda -, a campanha "Contrato não é só papel, contrato tem rosto, tem família" quer educar o consumidor a ver o fornecedor de serviços como um igual, para que seja possível negociar uma reconfiguração dos acordos firmados em tempos pré-coronavírus.
	Notícia – Comissão de Prerrogativas atua para prioridade de pagamento de colegas no XVI JEC de Jacarepaguá disponibilizada 20.04.2020	A Comissão de Prerrogativas da OABRJ enviou ofício à Corregedoria-Geral de Justiça do Rio de Janeiro relatando os problemas que advogados e advogadas vêm enfrentando desde o início do período de quarentena para conseguir a expedição de mandados de pagamento no XVI Juizado Especial Cível de Jacarepaguá.
PROCON	Notícia – <u>Procon-RJ cria</u> cartilha sobre os direitos do consumidor que tem viagem marcada disponibilizada 20.04.2020	O Procon Estadual do Rio de Janeiro, autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, criou uma cartilha para responder às principais dúvidas sobre os direitos dos consumidores que já compraram passagens aéreas, pacotes de turismo ou fizeram reservas em hotéis/pousadas e desejam cancelar ou alterar a viagem por causa do coronavírus.

		A cartilha está disponível no site:  https://drive.google.com/file/d/14b- sauFYfmjficsSmpQaEk9K-qQodRfo/view
CONJUR	Notícia – CNJ aprova resolução para retomar prazos eletrônicos em maio disponibilizada 20.04.2020	Os processos judiciais e administrativos eletrônicos terão os prazos processuais retomados, sem qualquer tipo de escalonamento, a partir do dia 4 de maio, com exceção daqueles em trâmite no Supremo Tribunal Federal e na Justiça Eleitoral. A medida consta da Resolução 314, assinada na noite desta segunda-feira (20/4) pelo presidente do Conselho Nacional de Justiça, ministro Dias Toffoli.
	Notícia – Ministro julga inviável ação de empresas de turismo contra medidas de isolamento disponibilizada 20.04.2020	O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, julgou inviável a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 675, em que a Confederação Nacional do Turismo (CNTUR) questionava decretos estaduais e municipais que estabelecem medidas de isolamento social para o enfrentamento ao novo coronavírus. Segundo o relator, a entidade não indicou com precisão os atos questionados e, por isso, considerou a ADPF inadmissível.
	Notícia – Toffoli mantém suspensão de decreto que restringia circulação de idosos disponibilizada 20.04.2020	O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, negou pedido do município de Santo André (SP) contra decisão que havia suspendido decreto que restringia a circulação de pessoas de mais de 60 anos de idade em seu território. Segundo o ministro, nenhuma norma apresentada nos autos autoriza a imposição de restrições ao direito de ir e vir de quem quer que seja.
	Notícia – CNJ estuda resolução para retomada de prazos eletrônicos em maio disponibilizada 20.04.2020	O comitê do Conselho Nacional de Justiça que estuda medidas de prevenção durante o coronavírus sugeriu que os prazos eletrônicos voltem a correr no dia 4 de maio. Já os prazos dos processos físicos devem ter suspensão prorrogada até 15 de maio.
	Notícia – Publicada resolução do STJ que retoma prazos processuais em maio disponibilizada 20.04.2020	Foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico desta segunda-feira (20) a Resolução STJ/GP 9. O normativo, aprovado pelo Pleno do Superior Tribunal de Justiça na sexta-feira (17), permite que os órgãos colegiados do tribunal realizem, em caráter excepcional, sessões de julgamento por videoconferência. A resolução também determina a retomada da contagem dos prazos processuais a partir de 4 de maio. Eles estavam suspensos até 30 de abril, como definido na Resolução STJ/GP 6.
	Notícia – <u>Aras pede</u> <u>abertura de inquérito</u>	A investigação refere-se a atos realizados em todo o país, neste domingo, 19, em que participantes pediram o

para apurar violação da Lei de Segurança Nacional disponibilizada 20.04.2020	fechamento de instituições democráticas, como o Congresso Nacional e o STF.
Notícia – Deputados do AM pedem intervenção Federal no Estado disponibilizada 20.04.2020	Segundo o texto aprovado na ALE/AM, "não há necessidade de aguardar um quadro de guerra civil para que ocorra a intervenção".
Notícia – STJ suspende liminar que afastou exigência de CPF regular para recebimento do auxílio emergencial disponibilizada 20.04.2020	O ministro João Otávio de Noronha, presidente do STJ, acolheu pedido da União e sustou os efeitos da liminar do TRF da 1ª região que havia suspendido a exigência de regularização do CPF para o recebimento do auxílio emergencial durante a pandemia do novo coronavírus. De acordo com o ministro, a modificação nos critérios para a obtenção do benefício poderia atrasar o processamento de milhões de solicitações e trazer prejuízos graves à economia e à população.

<u>Aviso legal</u> - Este trabalho não reflete a nossa opinião. Foi desenvolvido para fins de informação e compartilhamento com a equipe interna.

Está sendo disponibilizado ao público em geral, igualmente com propósito informativo, inexistindo qualquer responsabilidade sobre o conteúdo - coletado na rede mundial de computadores -, assim como ao uso que será dado ao mesmo.

Cristiano de Loureiro Faria Mori Danielle Dutra Soares Luciana de Abreu Miranda Advogados Malka Y Negri Advogados